

Desempenho escolar de alunos ingressantes na rede pública de educação e vulnerabilidade social

school performance of ingressing students on the public network of education and social vulnerability

DOI:10.34117/bjdv7n1-434

Recebimento dos originais: 10/12/2020

Aceitação para publicação: 15/01/2021

Monnike Yasmin Rodrigues do Vale

Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho

Instituição: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia

Endereço: Avenida Calama, 4985 – Flodoaldo Pontes Pinto – Porto Velho - RO

E-mail: monnikeyasmin06@gmail.com

Augusto Barbosa Silva

Especialista em Docência no Ensino Superior

Instituição: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia

Endereço: Avenida Calama, 4985 – Flodoaldo Pontes Pinto – Porto Velho - RO

E-mail: augusto.silva@ifro.edu.br

Jean Duarte e Silva

Especialista em Docência no Ensino Superior

Instituição: Estado de Rondônia

Endereço: Rua Gibim, 5050, Apt 105, Bloco B – Flodoaldo Pontes Pinto – Porto Velho - RO

E-mail: jeansilvapdr@gmail.com

Augusto Johannes Soares Bezerra

Engenheiro Civil

Instituição: Caixa Econômica Federal

Endereço: Avenida Calama, 4980 – Flodoaldo Pontes Pinto – Porto Velho - RO

E-mail: augustojohannes@hotmail.com

Jussara Santos Pimenta

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal de Rondônia

Endereço: BR-364, 9 - Cidade Jardim, Porto Velho - RO

E-mail: jussara.pimenta@unir.br

RESUMO

Todos os anos ingressam na rede pública de educação um quantitativo elevado de crianças, oriundas de diferentes condições sociais. Garantir a aprendizagem de todas é um desafio para a escola, muitas vezes mal estrutura ou com capacitação deficitária para receber essa variedade de alunos. Esse trabalho busca caracterizar fatores que podem influenciar no desempenho escolar como a relação entre trabalho e escola, envolvimento com drogas ou criminalidade, falta de participação da família, falta de integração e estruturas escolares, mostrando de que forma estes podem afetar a aprendizagem e o

rendimento escolar, podendo assim, auxiliar os educadores na compreensão dos fatores que compõe o quadro de baixo desempenho de seus alunos.

Palavras-chave: Educação, Vulnerabilidade social, Aprendizagem.

ABSTRACT

Every year, a large number of children enter the public education system, from different social conditions. Ensuring the learning of all students is a challenge for the school, often poorly structured or with deficient training to receive this variety of students. This work seeks to characterize some factors that can influence school performance, such as the relationship between work and school, involvement with drugs or crime, lack of family participation, lack of integration and school structures, showing how these factors can affect learning and school performance, thus being able to assist educators in understanding the factors that make up the low performance of their students.

Keywords: Education, Social Vulnerability, Learning.

1 INTRODUÇÃO

Um dos mais amplos estudos relacionados à educação no mundo, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), concluiu que o Brasil apresenta baixa proficiência em Leitura, Matemática e Ciências, se comparado com outros 78 países que também participaram da avaliação. A prova realizada no ano de 2018 apresentou que os 68,1% estudantes brasileiros, com 15 anos de idade, não possuem nível básico de Matemática, sendo o mínimo para o exercício pleno da cidadania, e, em Ciências esse número chega a 55% e, em Leitura, 50% (INEP, 2019).

Um dos fatores que podem estar contribuindo para esses números insatisfatórios é a vulnerabilidade social, que como explica Ribeiro (2010) decorre da crise de um estado de bem-estar social, instalado com combinações das livres forças de mercado e da mobilização das estruturas familiares, particularidades do desenvolvimento capitalista.

A vulnerabilidade social limita ou bloqueia as famílias fragilizadas socialmente de adquirirem os ativos necessários para sua subsistência (RIBEIRO, 2010). Sem condições financeiras, muitos estudantes acabam optando pelo ingresso no mundo do trabalho, outros ainda se arriscam em uma jornada dupla de trabalho e escola, onde a escola é, na maioria das vezes, a segunda opção.

Dificuldades de integração, condições financeiras, ausência de Direitos Humanos, escolas mal estruturadas, são alguns dos fatores elencados nesse artigo, como forma de explicitar a relação da vulnerabilidade social e as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

2 VULNERABILIDADE SOCIAL

O termo vulnerabilidade social tem sido comumente utilizado nos últimos anos. Pode-se dizer que a vulnerabilidade social está diretamente associada ao estado de pobreza e miserabilidade, sendo a pobreza um dos grandes pilares que se apoiam às situações de vulnerabilidade da sociedade capitalista, visto que produz a exclusão da população a políticas e serviços públicos (CRUZ; GUARESCHI, 2017).

Como bem assegura Teixeira (2016), pode-se dizer que o estudo acerca do conceito de vulnerabilidade social é formado por distintas concepções, e ainda que o assunto seja relativamente utilizado ao longo dos anos nas Ciências Sociais e Humanas, ele está em constante construção frente à sua complexidade. Teixeira (2016) ainda afirma que, o termo exclusão social precede o conceito de vulnerabilidade social. A exclusão social foi primeiramente definida para relatar situações-limite de pobreza e marginalidade, como também para desenvolver políticas públicas necessárias para minimizar essas realidades.

Almeida (2019) reforça que, o conceito de vulnerabilidade social é atual, pois foi utilizado pela primeira vez na década de 1980, como forma de resgate dos Direitos Humanos, que estavam sendo violados, e frente aos cenários de desrespeito, carências e com a violência aumentando em diferentes esferas sociais e políticas. Sendo assim, esse termo ganhou espaço também nas Ciências Sociais e então passou a ser utilizado para relatar os diferentes riscos pelos quais estão sujeitos certos grupos, segmentos ou indivíduos de uma sociedade.

Pode-se dizer que os autores citados acima, concordam entre si. Neste contexto, fica claro que a vulnerabilidade social é um termo recente, frequentemente muito utilizado, porém em permanente construção. O mais preocupante, contudo, é evidenciar que certos Direitos Humanos não são resguardados, prejudicando assim aqueles seres humanos geralmente pertencentes a classes sociais de menor poder aquisitivo, ou até mesmo com baixa escolaridade, uma vez que o “baixo nível de escolaridade do chefe da família, configura uma situação de vulnerabilidade social” (ALMEIDA, 2019, p. 13).

Os Direitos Humanos tem sido muitas vezes esquecidos ou negligenciados. Faleiros (1991) relata que, por exemplo, a ausência de assistência educacional, a falta de nutrição e saúde, a inexistência de moradia, o alto nível desemprego, a falta de roupas e alimentos, de lazer isto é, a doença, o desemprego e a fome são atribuídos a falhas individuais ou à falta de sorte na vida, pois com as políticas sociais o sistema aparece

como participante e preocupado com todos. Rech (2007, p. 379) complementa:

Apesar de a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) garantirem em seu bojo assistência e proteção à família brasileira, isso está ainda muito longe de ser concretizado, principalmente no que se refere às que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Mesmo as mais recentes medidas em vigor, como a Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que têm o seu valor e têm amenizado a situação de pobreza de muitas famílias, são apenas paliativas. Nossa sociedade brasileira necessita de políticas sociais mais radicais e que assegurem dignidade a nossas famílias e suas crianças e adolescentes.

Entende-se, assim que a assistência e proteção à família brasileira são garantidas por regulamentações. Conforme citado acima atualmente no Brasil é necessário algo mais, atuações mais rígidas para garantir a assistência para os brasileiros, assegurando, por exemplo, o acesso à educação, moradia, lazer, cultura e aposentadoria.

Os auxílios e serviços assegurados por lei, normalmente são oferecidos para a população como forma de favores, ofertados pelos políticos, em troca de votos ou prestígio de um grupo determinado (FALEIROS, 1991). Assim, fica evidente, que determinadas políticas sociais são promovidas com segundas intenções e não para favorecer a família brasileira, não alcançado as reais necessidades e levando assim à situação de manutenção da vulnerabilidade social.

3 DESEMPENHO ESCOLAR

O atual cenário brasileiro é controlado por fortes diferenças sociais e de oportunidades que transformam a diversidade em desigualdade e injustiças sociais desenvolvendo um contingente de sujeitos em situação de vulnerabilidade social (CALEJON, 2011). A autora relata que um dos primeiros desafios que a educação do século XXI deverá enfrentar está na produção de uma sociedade educadora, uma vez que se torna difícil avançar na educação quando não se investe também em transformações sociais.

Como bem assegura Bandeira *et al.* (2006), os eventos da vida, principalmente os negativos, podem simbolizar pontos sensíveis no desenvolvimento, como estresse e vulnerabilidade, podendo interferir no desempenho e na adaptação de uma pessoa, considerando ainda que, durante o período escolar, o desempenho acadêmico e a adaptação social quase sempre estão associados, sendo que um está diretamente relacionado com o outro. Conclui assim que se uma pessoa apresenta problemas de

adaptação social, logo ela também apresentará problemas de desempenho escolar.

Entende-se, assim que para que se possa alcançar um melhor desempenho é importante a superação de dificuldades comportamentais e o envolvimento com projetos de vida que fortaleçam a autorrealização favorecendo, assim, o desenvolvimento esperado dentro da escola (BANDEIRA *et al.*, 2006). Os autores (2006) deixam claro que determinados eventos alteram o desenvolvimento nas escolas, sendo que um desses fatores pode ser o trabalho, e por ter que trabalhar, esses sujeitos podem não encarar a escola como prioridade. Faleiros (1991) reafirma dizendo que, na atual forma de organização da produção de trabalho no Brasil, o indivíduo sobrevive por meio de um emprego independente e as formas de vida não lhe dão muitas opções, pois tem que viver para trabalhar e não trabalhar para viver.

Neste contexto, fica claro que o desempenho escolar depende de outros inúmeros fatores, inclusive a condição social das famílias. Conforme mencionado pelo autor, é importante relatar que por muitas vezes o brasileiro opta por trabalhar e não estudar. Mostrando assim que, certos indivíduos, por falta de opção, não podem estudar. “Nesse discurso, a sociedade aparece dividida entre fracos e fortes, pobres e ricos, favorecidos e desfavorecidos pela sorte” (FALEIROS, 1991, p. 14).

Carreiro (2017) afirma que outros desafios também devem ser superados, não é suficiente que o aluno tenha acesso e permanência na escola. É fundamental que o acesso e à permanência estejam atrelados ao sucesso escolar que se traduz pela aprendizagem, o que, conseqüentemente, leva à qualidade sociocultural da educação. Acrescentam-se outros fatores que também devem ser superados, por exemplo, a ausência ou a precariedade de material das escolas, a falta de doação dos professores, o desinteresse dos alunos e a ínfima participação dos pais na vida escolar dos alunos.

Conforme explicado acima, é importante que haja a permanência na escola, mas isso não é suficiente, e muitas vezes não é o que acontece com alunos em situação de vulnerabilidade social. CALEJON (2011, p. 2) relata sobre aqueles que não permanecem na escola:

Muitos destes adolescentes e adultos acabam em instituições de custódia, sejam presídios ou instituições que abrigam menores em conflito com a lei ou com conduta antissocial. O sistema escolar acaba por constituir-se em uma forma de transmissão da desigualdade social que pode ser analisado pela perspectiva de Bourdieu da escola considerada como reprodução da ordem social.

Adolescentes ou adultos não conseguem permanecer na escola e é exatamente o caso daqueles que entram no mundo da criminalidade e nesse caso são detidos e impossibilitados de frequentar a escola. É interessante frisar que uma vez que se “adentra” ao mundo do crime e sai da escola, dificilmente esse indivíduo retornará.

Por fim, podemos chegar à conclusão de que aqueles que por algum motivo estão em situação de vulnerabilidade social, seja por problemas emocionais e ou ainda financeiros, apresentam problemas de desempenho escolar. Espera-se dessa forma que haja políticas sociais para minimizar problemas dessa magnitude e assim garantir acesso e permanência na escola, mas permanência com êxito, não somente para cumprir metas e alcançar números.

3.1 A ESCOLA

Na vida de uma criança a escola desempenha funções imprescindíveis. Entre as competências atribuídas à escola estão: propiciar ao educando um ensino de qualidade, garantir um ambiente favorável a aprendizagem, garantir a qualificação dos profissionais da educação e complementar seletivamente a educação familiar (ANDRADE, 2007).

Lopes (2019) salienta como é importante que a escola reflita sobre novas linguagens e metodologias, invista em programas de capacitação de professores admitindo experiências inovadoras e adequadas com as solicitações de um aprendizado de qualidade, tanto para docentes como para alunos. Torna-se evidente, portanto, que para o bom desempenho discente é necessário também a qualificação dos professores.

Pinto (2013) explica que, o papel da escola na sociedade atual, deve simultaneamente ressignificar a escola do ponto de vista das aprendizagens das crianças, dos jovens e dos adultos das classes populares, ou seja, daqueles que sempre estiveram dela excluídas. Sendo assim, deve-se repensar as atribuições daqueles que ocupam cargos de direção dentro das escolas, garantir que a gestão da escola seja coordenada por profissionais com formação específica e especializada no campo pedagógico.

Em discussões sobre a formação dos gestores escolares, admite-se que os diretores e coordenadores têm de possuir, para além da formação docente, eles também devem saber se relacionar, ou seja, é imprescindível que eles saibam ouvir as pessoas, comunicar-se com clareza, e saber liderar democraticamente o grupo (PINTO, 2013).

De acordo com Libâneo (2006, p. 25):

A finalidade da escola é adequar as necessidades individuais ao meio social, e para isso, ela deve se organizar de forma a retratar, o quanto possível, a vida. Todo ser dispõe dentro de si mesmo de mecanismos de adaptação progressiva ao meio e de uma consequente integração dessas formas de adaptação no comportamento. Tal integração dessas formas de adaptação no comportamento. Tal integração se dá por meio de experiências que devem satisfazer, ao mesmo tempo, os interesses do aluno e as exigências sociais. À escola cabe suprir as experiências que permitam ao aluno educar-se, num processo ativo de construção e reconstrução do objeto, numa interação entre estruturas cognitivas do indivíduo e estruturas do ambiente.

Todas essas atribuições da escola elencadas por Libâneo tem influência direta com a permanência do aluno dentro da escola sendo a adaptação um fator muito importante para aqueles que já apresentam alguma resistência em frequentar a escola, ou ainda, que apresentam diferenças sociais, seja por etnia, condições financeiras, culturais ou religiosas.

Gatti (2014) relata os aspectos necessários para o bom desempenho escolar, como demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Aspectos relevantes para o bom desempenho escolar.

Aspecto	Exemplos
Planejamento	Projeto de atuação da escola, mais real, voltado às atividades concretas, cuja elaboração se tem a oportunidade de refletir sobre os valores básicos da escola, definição de métodos de ensino e gestão e material instrucional e definição de rotinas, uso do tempo, definição de turmas e monitoramento.
Comunidade escolar	Interações recíprocas, motivação, envolvimento, participação e lideranças.
Recursos	Infraestrutura física (adequada, cuidada, agradável) e salários.

Fonte: Adaptada de Gatti, 2014.

De acordo com Gatti (2014), para a melhoria do desempenho escolar dos alunos é necessário dar ênfase nesses aspectos e, ainda, adotar ações ambiciosas, centradas nas escolas e levantar aspectos para a política de melhoria de resultados escolares.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, torna-se evidente que o desempenho escolar está diretamente relacionado com a situação familiar do aluno. Vê-se, pois, que muito ainda deve ser investido em estudo e programas de incentivo a esse público dentro da escola. Logo, é

indiscutível o fato que políticas públicas voltadas a realidade, são necessárias, pois as condições ofertadas atualmente no Brasil não são iguais para todos. Nesse sentido, é possível considerar que tanto a situação financeira, doenças e outros problemas familiares são exemplos de aspectos diretamente ao desempenho escolar do aluno.

Ainda é preciso ressaltar que, é indiscutível que o capitalismo contribui para que muitos brasileiros trabalhem em condições adversas e não consigam equacionar trabalho e escola. Por motivo de sobrevivência outros há que não frequentem a escola, por falta de tempo ou até mesmo cansaço físico. Faleiros (1991) afirma que, na realização de um contrato de trabalho, o empregado e o empregador surgem livres para comprar vender e comprar a força de trabalho, porém o trabalhador tem que aceitar as condições do capital para conseguir um trabalho e assim ter um salário para sua subsistência.

Por fim, pode-se chegar à conclusão de que também é importante ações ousadas da escola, a qualificação docente, a preparação para trabalhar com um público específico e assim garantir a permanência e êxito dentro das instituições de ensino. E mais do que trabalhar com números, garantir a qualidade de ensino nas escolas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cássio José Silva. Jogos cooperativos e sua contribuição em situações de vulnerabilidade social. São Paulo: Phorte Editora, 2019.

ANDRADE, Rosamaria Calaes de et al. A gestão da escola. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BANDEIRA, Marina *et al.* Estudo sobre habilidades sociais e relacionamento interpessoal. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

CALEJON, Laura Marisa Carnielo. DESEMPENHO ESCOLARE VULNERABILIDADE SOCIAL. Exitus, Pará, v. 1, n. 1, p.149-164, jul. 2011. Semestral.

CARREIRO, Felix Barbosa. A gestão escolar e a qualidade da educação no Estado do Maranhão. Maranhão: Clube de Autores, 2017.

CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza. Políticas públicas e assistência social: Diálogo com práticas psicológicas. Petrópolis: Vozes, 2009. 184 p.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que é política social. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673&t=destaques> . Acesso em: 05 jan. 2020.

GATTI, A. Bernardete. Políticas, Ações Educacionais e Desempenho Escolar. In: Miguel G. Arroyo, Anete Abramowicz. (Org.). A Reconfiguração da Escola: Entre a Negação e a Afirmação de Direitos. 1ed. Campinas: Papyrus, 2014.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em leitura, matemática e ciências no Brasil. 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil/21206>. Acesso em: 01 fev. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

LOPES, A. L. S.; VIEIRA, M. M. S.; MIRANDA, L. F. Programa de Formação Permanente de Professores de Engenharia: um olhar sobre os resultados das avaliações docentes institucionais. In: Henrique Ajuz Holzmann, Micheli Kuckla.. (Org.). Possibilidades e enfoques para o Ensino das Engenharias. 1ed.Ponta Grossa: Atena, 2019, v. 1, p. 47-54.

PINTO, Umberto de Andrade. Pedagogia escolar: Personagens no encontro da arte com a vida. São Paulo: Cortez, 2013.

RECH, Daniel. Direitos humanos no Brasil 2: diagnóstico e perspectivas. Rio de Janeiro: Ceris, 2007.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Desigualdades de oportunidades e segregação residencial: a metropolização da questão social no Brasil. Cad. CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 221-233, ago. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792010000200002>

TEIXEIRA, Emarianne Campanha. Resiliência e vulnerabilidade social: Uma perspectiva para a educação sociocomunitária da adolescência. Petrópolis: Vozes, 2019.